

Discurso no 168º Aniversário do IAB

(proferido em 10/08/2011, degrevado e revisto)

Senhores e Senhoras.

Hoje celebramos – com orgulho, alegria, honra – 168 anos completados em nossa vida.

Posto que se comemora a agregação de um ano mais à nossa longa história de porfiado trabalho em prol do Direito, não parece sem propósito que nessa celebração façamos alguma reflexão sobre esta díade mesma – o Trabalho e o Direito – em suas relações recíprocas.

Trabalho e Direito, pilares da sociedade humana, vale dizer, e fica melhor dito, princípios fundadores do próprio homem.

Já o assinala aquele episódio bíblico, justamente conhecido como a segunda criação, porque retrata o nascimento do homem, como efetivamente somos e nos conhecemos: a expulsão do paraíso.

Quando o primeiro casal, tendo desafiado ao seu Deus e conquistado a sabedoria do bem e do mal, é, por isto, expulso do paraíso com a condenação: *"ganharás o pão com o suor do seu rosto"*.

Eis o parto verdadeiro da humanidade, eis o nascimento do homem tal como somos: não mais envoltos por jardim celestial que tudo provê pela pura graça divina como um ventre materno; mas postos no mundo, diante de uma natureza indiferente ou hostil; sós, um diante do outro, desamparados de qualquer divindade; armados apenas daquela consciência conquistada da lei do bem e do mal, e da capacidade de trabalhar para com o suor do rosto extrair o pão nosso de cada dia do mundo natural. Direito e Trabalho.

Mas se o trabalho, na narrativa bíblica, vem como condenação, também ali está como mandamento divino, destino prescrito para que o homem se cumpra e se realize enquanto tal.

Trabalho castigo, anátema, condena. Trabalho, realização do homem pelo próprio homem, dotando-o do dom de recriação daquela natureza indiferente e hostil para lhe dar um sentido humano, transformando-a à sua imagem e semelhança.

Ao longo dos séculos de nossa civilização ocidental esta ambiguidade valorativa do trabalho marcou a evolução de sua relação com o Direito, no seu deslocamento progressivo de um para outro daqueles pólos extremos. Desde o trabalho como indigno do homem livre e próprio do escravo naquele que foi o berço helênico de nossa civilização ocidental até a afirmação do "*valor social do trabalho*" como um dos princípios fundamentais da República, tal qual, entre outras, proclama a nossa Carta Política.

Permitam-me recordar, em ligeiro vôo de pássaro, os últimos e decisivos passos dessa evolução, a partir do surgimento da primeira geração de direitos humanos, sob a égide daquele dístico da Revolução Francesa – liberdade, igualdade, fraternidade.

Estamos no albor do capitalismo industrial, impulsionado pela máquina a vapor, quando a "*revolução industrial*", dessertificando campos de lavoura e pecuária, promoveu as primeiras grandes concentrações operárias, aglomeradas na miséria urbana e nos pátios das fábricas de tecido, minas de carvão, na construção de estradas de ferro e outras indústrias incipientes, em cujas engrenagens feneciam, nas jornadas de 16 horas de trabalho, homens e crianças a partir de 5 anos de idade.

O Direito, com a sobreposição do valor "*liberdade*" sobre todos os demais daquela tríade, e concebendo essa liberdade apenas formalmente, assegurava a "*livre contratação*" naquelas condições degradantes.

E, em nome do mesmo princípio, tendo extinto as "*corporações de ofício*", proibia as uniões operárias tidas como contrárias àquela liberdade de contratar.

A reação fez-se logo sentir.

As "*coalizões operárias*", como realidade de fato inelutável, surgiram reivindicantes, no enfrentamento da repressão legal e policial.

O próprio Estado conservador viu-se obrigado a intervir, servindo de exemplo ninguém menos que Bismarck, com a lei do operário de 8 anos, assim limitando a idade de contratação, embora o tenha feito com preocupação no exaurimento das reservas humanas necessárias ao exército prussiano.

O Manifesto Comunista com a denúncia da exploração e da alienação do trabalho é de 1847. Tempos depois a encíclica "*Rerum Novarum*" assentou as bases da doutrina social da Igreja na proclamação do trabalho como "*fonte fecunda e necessária de todos os bens*".

Muito antes, os célebres sermões de Lacordaire diagnosticavam: "*Entre o rico e o pobre, entre o fraco e o forte, é a liberdade que escraviza, é a lei que liberta*".

Nesta reação é que surgem o Direito do Trabalho e a segunda geração de direitos humanos, a dos direitos sociais.

Já o trabalho não pode ser livremente contratado como mercadoria qualquer porque não pode ser desvinculado do homem trabalhador, sujeito autônomo de direitos fundamentais, irredutível a objeto de direito alheio.

O propósito que inspirou o Direito do Trabalho, nessas suas origens, o de "*compensar a inferioridade concreta do empregado assegurando-lhe uma superioridade jurídica*", era perseguido seja, na plana individual, pela imposição legal de garantias mínimas de direito; seja, na plana coletiva, pela legitimação da greve e da ação sindical no reconhecimento da sua função social de equilíbrio das forças antagônicas do capital e do trabalho.

Remarque-se ter esse estágio da relação entre o trabalho e o Direito trazido uma completa inversão dos princípios clássicos do liberalismo. No âmbito, até então sagrado, da autonomia da vontade individual, onde o Estado deveria se abster, ele intervem para impor um contrato mínimo. Para, acolá, no campo precípua de atuação estatal, na edição de normas abstratas de conduta, recuar abrindo espaço para que os próprios interessados, organizados em sindicatos, através de acordos e convenções coletivas, estabeleçam consensualmente como que leis setoriais, no acatamento de uma autonomia da vontade coletiva assim representada e reconhecida.

Mas, na velocidade vertiginosa da evolução da tecnologia e da ciência, da acumulação do capital, e do desenvolvimento das comunicações até à quase instantaneidade das redes cibernéticas, o capitalismo, em seu agigantamento e transformações contínuas, avassalou à sua lógica voraz e consumista todos os segmentos e espaços sociais, na tessitura da teia planetária que a todos e a tudo interliga, atraindo e incorporando aos seus valores e aos seus mecanismos, em uma dimensão universal, as grandes massas necessárias à sua sustentação e ao seu desenvolvimento, já não mais como trabalhadores apenas, mas também como consumidoras.

A amplitude e universalidade desses contingentes humanos reunidos e comungantes da lógica do capitalismo, e a profundidade das interconexões por ele estabelecidas, dramatizam e tensionam gravemente a promessa desafiante, que, ineditamente na história da humanidade, é por ele lançado: a coexistência de uma sociedade onde todos sejam homens livres, com aquelas aspirações que o sistema inculca, e que a si próprios governam em eleições democráticas, de um lado, e, de outra parte, a realidade de nesse mesmo sistema inserir-se a grande maioria exclusiva ou predominantemente a partir do seu próprio trabalho posto a serviço da propriedade alheia.

Com efeito, tanto mais o capitalismo se expande, mais aquelas suas promessas se vêem confrontadas pela amplitude das demandas dos segmentos sociais à sua lógica incorporados.

Já a proteção do trabalhador mesmo não se esgota na proteção do empregado e na garantia de um mínimo de direitos no contrato de trabalho.

O próprio Direito do Trabalho, guardada a importância de sua especificidade, e a da sua aplicabilidade ao contrato de emprego tipo que o viu nascer, tem que se modificar, flexibilizar e multiplicar para dar conta da tutela de muitas outras formas de trabalho subordinado que a complexidade da vida social vai engendrando, assim como de formas várias de trabalho autônomo dependente economicamente do grande capital e a ele coordenado, e, ainda, das transformações internas da organização empresarial, das quais é exemplo a proliferação das associações interempresariais tal como as denominadas "*terceirizações*".

Em verdade, e mais do que isto, a proteção do trabalhador, também consumidor, também eleitor, também cidadão participante, envolve, nesse contexto, a sua proteção em todas aquelas dimensões que hoje definem a dignidade humana: acesso ao trabalho, à saúde, à educação, à previdência social, à Justiça e à cidadania plena.

E como a dignidade do trabalho é a dignidade do trabalhador, são a essas exigências que o Direito responde insculpindo em nossa Carta, como princípio fundante da República, o "*valor social do trabalho*".

Aqui chegamos e é diante das exigências desse Direito, em seu agudo e notório contraste com a nossa realidade, que devemos pensar o nosso próprio **trabalho** enquanto instituição devotada ao estudo, aperfeiçoamento e realização do Direito.

Difícil desafio.

Senhores: Há 168 anos passados, no dia de hoje, na sessão inaugural de nosso Instituto cujo aniversário agora comemoramos, disse o Montezuma, nosso primeiro presidente: "*tudo está por fazer*".

No país, então essencialmente agrícola, o trabalho era essencialmente escravo; a legislação quase toda de extração lusitana; a consciência de uma identidade nacional apenas despertava com a independência há pouco proclamada.

Sim, muito havia o que fazer e se fez, e os marcos dessa evolução aqui ecoaram em debates, projetos e propostas, a começar pela abolição, sendo uma de nossas glórias, destacada por Nabuco de Araújo, o fato de todos os nossos primeiros presidentes terem sido abolicionistas.

Sem nem sempre prevaleceu a posição mais liberal, como é próprio do ambiente acadêmico, sempre aqui soaram vozes eloqüentes em prol do progresso e da liberdade e que, com o prestígio da casa, alcançaram ampla ressonância.

Sim, muito se fez.

E, no entanto, diante daquele desafio que nos lança a hora presente, temos o impulso de repetir a exclamação de Montezuma: *"tudo está por fazer"*.

Com efeito, dar efetividade na plana jurídica àqueles princípios inerentes à dignidade humana exige a elaboração e consolidação de uma dogmática que os torne operacionais pelo Judiciário, sem perda da imprescindível segurança jurídica; com ênfase no social, mas sem ensejar o subjetivismo voluntarioso do julgador; capaz de preservar o equilíbrio entre os poderes da República na delicada ponderação, pela lógica do razoável, na apreciação da validade de políticas públicas pela essencialidade ou predominância de direitos menoscabados; na aferição da maior aptidão técnica ou legitimidade política para equacionamento do conflito, enfim, pela consideração daqueles múltiplos fatores que o póspositivismo, com a aproximação entre Direito, Política e Ética, trouxe à reflexão do jurista.

Força reconhecer que a elaboração dos conceitos e categoriais jurídicas que atendam tais requisitos é um processo ainda incipiente, com resultados controvertidos na doutrina e vacilantes na jurisprudência, aguardando maturação que apenas do estudo e do debate poderão vir.

No entanto, esse ano, cujo encerramento agora festejamos, comprova que a magnitude dessas dificuldades e desafios não intimidaram a nossa instituição.

Antes, sob a ilustre presidência de Fernando Fragoso, a temos, agora revigorada, revivendo suas melhores tradições de estudo, discussão, proposições sobre aqueles e todos os demais temas atuais do universo jurídico, em sessões vibrantes o de afluência ampliada no seu plenário, nas comissões, que funcionam regularmente, nas conferências, seminários, mesas redondas e cursos organizados.

Nossa voz foi ampliada junto ao público externo e atingiu uma audiência muito maior através de todos os meios de comunicação. Uma coluna semanal passou a ser publicada no Jornal do Comércio.

A nossa revista digital já vai para o 30º número, repositório valioso do labor dogmático de nossos associados.

A interlocução com os poderes da República foi buscada no propósito de influir efetivamente na vida e na elaboração do Direito.

Casos candentes e de grande repercussão, levados aos tribunais, foram objeto dos pareceres substanciosos, longamente debatidos, e devidamente divulgados, tal como ocorreu nos casos da aplicação imediata da *"lei da ficha suja"* e no da extradição de Battisti.

Examinou-se cuidadosamente, com elaboração de propostas de alteração, cabalmente justificadas, a reforma do Código de Processo Penal, de Processo Civil, tanto quanto estudados foram os projetos para a reforma do Código de Defesa do Consumidor, e da legislação eleitoral.

Pela afinidade com o tema do trabalho não fique sem particular menção o exame em curso, na comissão própria, da proposta de reforma da CLT.

Naquele propósito de alcançar uma participação efetiva nas transformações do Direito construiu-se, também, modos de levar nossas proposições ao conhecimento e deliberação do Congresso Nacional em reuniões com deputados e senadores que, convencidos da conveniência delas, dar-lhes-ão a devida tramitação e apoio.

É mérito não pequeno do nosso Presidente e da sua Diretoria – excluído esse que vos fala porque no cargo de orador não faz senão falar – o de, além do formidável impulso imprimido à nossa atividade fim, ter conseguido, ainda, promover à recuperação da saúde financeira da casa revertendo uma posição deficitária para um superávit que já vai para a casa dos R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

Esse vigor se projeta no futuro, que se anuncia fecundo, como agora mesmo ficou assinalado, com as honrosas presenças dos Presidentes da OAB e da Caixa dos Advogados, na consagração do entendimento entre as nossas instituições co-irmãs para a efetivação do grande sonho de ampliação da instalação e a modernização da consulta e acesso a esse valiosíssimo patrimônio nosso que é a extraordinária biblioteca do Instituto, onde, inclusive, está a primeira edição da Consolidação das Leis do Trabalho, doação do nosso consórcio Min. Arnaldo Sussekind, um dos autores do projeto.

Poder-se-ia supor, a esta altura, que se haja olvidado, dentre aqueles princípios constitucionais que demandam efetividade, a garantia da duração razoável do processo, contrariada pela excessiva morosidade da Justiça, às vezes imputada à diligência dos advogados.

Mas não: aquela morosidade, nós, os advogados, somos os primeiros a senti-la e a sofrer com ela.

Mas o remédio não está em fazer coro com aqueles que a imputam aos advogados e aos seus recursos. E se algo fosse possível destacar entre as importantes atividades de nossa casa nesse ano transcorrido seria a enérgica e intransigente defesa do trabalho do advogado, vale dizer da liberdade e da democracia, contra os ataques a ele dirigidos.

O projeto do novo Código de Processo Civil, na parte em que se inclina por um desenho autoritário do processo, e sobretudo a denominada "*Emenda Pelaso*", que quer os efeitos do trânsito em julgado para a sentença pendente de recurso especial ou extraordinário, são as mais recentes daquelas costumeiras investidas.

Foram ambas condenadas em veementes pareceres e manifesto do Instituto que desnudam os equívocos de suas premissas e seus desastrosos resultados.

Com efeito, diante dessas tentativas de restrição da defesa, e outras do mesmo jaez, será sempre preciso repetir, a uma, que a grande e crescente quantidade de ações ajuizadas é sinal de saudável vitalidade democrática nesse seu aspecto essencial que é o acesso à Justiça.

E que o acesso à Justiça, há que se concebê-lo não apenas formalmente, mas substancialmente, como acesso a uma Justiça justa.

E que não merece o epíteto de "*justa*" uma Justiça em que, tolhida a ampla defesa, com os recursos que lhe são inerentes, possa ser definitivamente executada a sentença condenatória, quando não há juízo definitivo sobre se a condenação afronta a Constituição, contraria lei federal ou se afasta dos critérios assentados de julgar, fazendo-se aquela execução definitiva até mesmo quando um juízo preliminar atesta a plausibilidade das alegações em desvalia do julgado.

Nem a causa daquela morosidade da Justiça está nos recursos dos advogados interpostos nos prazos exíguos e fatais da lei, para ficarem aguardando, por um tempo indefinido, não controlado ou mal controlado, usualmente excessivo, primeiro as delongas da lenta e pachorrenta burocracia cartorária, e, depois, a demora do julgador.

Aí, sim, estão as causas fundamentais e ostensivas daquela malsinada morosidade: no desaparelhamento da Justiça e de suas serventias; na falta de gestão adequada dos cartórios; na insuficiência em quantidade e qualidade de instalações e de servidores com remuneração adequada e incentivadora da produtividade; na insuficiência do número de juízes condizente com a demanda e/ou na resistência à correição devida sobre a produção deles.

Aí sim, a causa: na ausência de vontade política para esses investimentos precisos, talvez porque, conquanto absolutamente necessários à efetivação da democracia; não rendam para seus realizadores os bônus da propaganda política e, quem sabe, outros, obtidos com as grandes obras que as empreiteiras deixam à vista dos passantes; ou atendem interesses menores de uma clientela doméstica dos políticos que as preferem a outros empenhos.

Devo concluir estas já excessivas palavras, e, para fazê-lo, tendo de início invocado a Deus bíblico e seu mandamento do trabalho, procurei em outro panteão divindade tutelar do trabalho.

Naquele berço helênico, ainda que nele o trabalho braçal não fosse digno, encontrei, um deus trabalhador, igualmente expulso do Olimpo: Vulcano, o ferreiro.

Deixemos mais para o sacerdócio da magistratura aquela Deusa da Justiça, senhora da balança e da espada, na sua cega imparcialidade e na olímpica altivez de sua armadura.

Tomemos para nós, advogados, aquele deus trabalhador, atirado das alturas do Olimpo cá na Terra, em cujas entranhas se entoca e fez oficina; tornado coxo pela violência da queda; que domina o fogo em sua forja, e nesse calor, com o rosto abrazado, fundindo e amalgamando metais, produz, com destreza a concentração, objetos úteis para a vida e que oferece no seu andar claudicante mas determinado.

Tal qual nós, advogados, que recolhemos na oficina de nossos escritórios, longe dos palácios públicos, o fogo bruto das paixões e interesses humanos que, desenfreados, destroem e corrompem; domamo-lo na forja da nossa consciência jurídica; nesse calor tornamos dúctil a fria e metálica dureza das leis para amalgamá-las e moldá-las ao caso concreto; sustentamos a solução encontrada ao longo da andadura cambiante do processo e, assim, produzimos um resultado útil indispensável à convivência humana.

Não deixemos que arrefeça esse calor que nos ilumina a face.

E saibamos que o suor que poreja de nosso rosto, em nosso trabalho, é igual àquele dos que, em todos os ofícios, partilham conosco o trabalho social e que tornarão a vida mais digna quando a nossa luta pelo Direito assegurar essa dignidade para todos.

Obrigado.